

VOLUME XLIV — N.ºs 1 e 2

R E V I S T A
DA FACULDADE
DE DIREITO
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA



2 0 0 3



Coimbra Editora

REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
Periodicidade semestral
XLIV — N.ºs 1 e 2 - 2003

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Presidente - PROF. DOUTOR MARTIM DE ALBUQUERQUE
Vogais - PROF. DOUTOR JORGE MIRANDA
- PROF. DOUTOR CARLOS PAMPLONA CORTE-REAL
- PROF. DOUTOR EDUARDO PAZ FERREIRA
- PROF. DOUTOR EDUARDO VERA-CRUZ PINTO (Secretário)
- MESTRE MIGUEL NOGUEIRA DE BRITO
- MESTRA ISABEL ALEXANDRE

PROPRIEDADE E SECRETARIADO

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade
1649-014 Lisboa — Portugal
Telefone 21 798 4600 — Telecópia 21 795 0303

EDIÇÃO, EXECUÇÃO GRÁFICA E DISTRIBUIÇÃO



COIMBRA EDITORA, LIMITADA

Rua do Arnado — Apartado 101 — 3001-951 Coimbra — Portugal
Telef. 239 85 2650 — Fax 239 85 2651

ISSN 0870-3116

Depósito Legal n.º 75 611/95

Janeiro de 2005

I Doutrina

<i>Adriano Moreira</i> — Sobre o Parlamento	9
<i>João Baptista Villela</i> — <i>Res utenda locata e res fruenda locata</i>	15
<i>J. Oliveira Ascensão</i> — A Teoria Geral do Negócio Jurídico e o negócio testamentário.....	31
<i>J. Oliveira Ascensão</i> — Intervenções no Genoma Humano — validade ético-jurídica	45
<i>J. Oliveira Ascensão</i> — Aspectos jurídicos da distribuição em linha de obras literárias, musicais, audiovisuais, bases de dados e produções multimédia	65
<i>Paulo de Pitta e Cunha</i> — A perspectiva da Constituição europeia.....	73
<i>Luís de Lima Pinheiro</i> — Cláusulas típicas dos contratos do comércio internacional	83
<i>Paulo Câmara</i> — O Regime Jurídico das Obrigações e a Protecção dos Credores Obrigacionistas	109
<i>Rui Guerra da Fonseca</i> — Notas sobre o ensino do Direito Romano.....	143
<i>Eduardo Lucas Coelho</i> — Depoimento de uma bebé.....	153
<i>Antonio F. Perez</i> — The Impact of Economic Integration on Choice of Law Doctrine — Lessons from the Interaction of U.S. Federalism and Choice of Law for the Evolutions of Private International Law within the Context of EU Integration.....	159
<i>Germana de Oliveira Moraes</i> — A Reforma Previdenciária Brasileira e o direito adquirido. O conteúdo das regras de transição e seus destinatários	169
<i>Carlos Alberto Alvaro de Oliveira</i> — Poderes do Juiz e visão cooperativa do processo.....	179

II Legislação

<i>J. Oliveira Ascensão</i> — Bases para uma transposição da Directriz n.º 00/31, de 8 de Junho (comércio electrónico).....	215
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

<i>Jorge Miranda</i> — Parecer sobre a Reforma do Sistema Eleitoral relativo à Assembleia Legislativa Regional dos Açores	253
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

III Jurisprudência

<i>Daniel de Bettencourt Rodrigues Morais</i> — O Acórdão <i>Micheletti</i> e as suas repercussões em matéria de Direito da Nacionalidade dos Estados-membros	269
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

IV Trabalhos de alunos

<i>Armando L. Silva Rocha</i> — O n.º 1 do artigo 11.º da Constituição da República Portuguesa: ausência de recepção normativa	351
<i>Pedro Delgado Alves</i> — O “meu” Deputado — Personalização e proporcionalidade na eleição da Assembleia da República.....	361

V Vida Universitária

<i>J. Oliveira Ascensão</i> — Palavras que proferi na homenagem que me foi prestada em sessão do conselho científico	415
<i>Jorge Miranda</i> — No doutoramento <i>honoris causa</i> do Prof. Doutor Giuseppe De Vergottini.....	417
<i>Jorge Miranda</i> — Relatório da actividade pedagógica e científica, no período de 1998 a 2002.....	421
<i>Jorge Miranda</i> — Parecer sobre o relatório de actividade científica e pedagógica da Doutora Maria Luísa da Conceição Duarte, respeitante ao quinquénio iniciado em 19 de Dezembro de 1997	451
<i>Jorge Miranda</i> — Resumo da apreciação oral do relatório sobre o programa, os conteúdos e os métodos do ensino de Direito Constitucional II (Direitos Fundamentais) apresentado, em provas para obtenção do título de agregado, pelo Doutor Paulo Ferreira da Cunha	457
<i>Jorge Miranda</i> — Na atribuição do grau de Doutor <i>Honoris Causa</i> pela Universidade Católica de Lovaina	461
<i>Jorge Miranda</i> — Arguição da dissertação de doutoramento do Mestre Nuno Piçarra, intitulada <i>O inquérito parlamentar e os seus modelos constitucionais — O caso português</i>	465
<i>Maria da Conceição Freire Feiteiro</i> — Na abertura do ano Académico de 2002-2003.....	475
<i>Luís Menezes Leitão</i> — No Aniversário do Prof. Doutor Oliveira Ascensão	479

<i>Luís Menezes Leitão</i> — Evocação do Prof. Doutor António Marques dos Santos	481
<i>Luis Menezes Leitão</i> — Palavras de Recepção à Presidente da Irlanda	485
Relatório do Conselho Directivo — Março de 2002 / Janeiro de 2003 ...	487
Apresentação: Colóquio	495
<i>Adriano Moreira</i> — A jurisdição penal internacional.....	499
<i>José Medeiros Ferreira</i> — Os acontecimentos do 11 de Setembro: que leituras?.....	507
<i>Moustafa Y. Soliman</i> — The September 11 events. Causes and Consequences	513
<i>Christian Walter</i> — Zur völkerrechtlichen Beurteilung der Reaktion der USA auf die Terroranschläge auf New York und Washington.....	523
<i>Eduardo Correia Baptista</i> — A Nova Tipologia dos Conflitos Internacionais: O uso da força contra grupos armados e os conflitos no Afeganistão e no Iraque	533
<i>Ana Maria Guerra Martins</i> — Algumas implicações do 11 de Setembro de 2001 na ordem jurídica internacional.....	581
<i>Peter Weiss</i> — Terrorism, counterterrorism and international Law	611
<i>Maria Fernanda Palma</i> — Tribunal Penal Internacional — Evoluções previsíveis ante os problemas da guerra de agressão, da “legítima defesa preventiva” e do terrorismo	627
<i>Frank Schorkopf</i> — Kampf gegen den Terrorismus, Afghanistankrieg und Völkerrecht — Juristische Aspekte der Bekämpfung des Terrorismus mit nicht-militärischen Massnahmen.....	643
<i>Jorge Miranda</i> — Os Direitos Fundamentais e o Terrorismo: os fins nunca justificam os meios, nem para um lado, nem para o outro.	649
<i>Paulo de Pitta e Cunha</i> — Em busca de uma nova ordem económica internacional.....	663

NOTA DA REDACÇÃO: Por razões alheias ao Autor (Prof. Doutor Ruy de Albuquerque) o artigo “Para uma revisão da ciência jurídica medieval: a integração da *auctoritas* poética no discurso dos juristas (*ars inveniendi*)”, será publicado na íntegra no próximo número da Revista.

EVOCAÇÃO DO PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO MARQUES DOS SANTOS

LUÍS MENEZES LEITÃO

Na qualidade de Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Direito de Lisboa, cabe-me dizer, em nome da Faculdade, umas breves palavras sobre o Professor Doutor Marques dos Santos, nesta hora triste em que todos fomos abalados com a súbita e trágica notícia da sua morte.

As minhas primeiras palavras são naturalmente para expressar as nossas sentidas condolências à sua família, especialmente à sua mulher, Annie, e à sua irmã, Cândida. Cabe-nos igualmente agradecer a presença aqui dos Professores da Faculdade de Direito de Coimbra, onde se formou, bem como de Professores de outras Faculdades de Direito que assim se associam à nossa Faculdade nesta hora de dor.

O Professor Marques dos Santos constituía como Professor da Faculdade um exemplo para todos os seus colegas. Nascido há 64 anos nesta cidade de Coimbra, cedo demonstrou altíssimas capacidades intelectuais, que lhe valeram a atribuição de diversos prémios, ainda como estudante de liceu. Por esse motivo, desde muito cedo pretendeu enfrentar o desafio de seguir a carreira académica, tendo sido um dos melhores alunos da Faculdade de Direito de Coimbra. Mas Marques dos Santos tinha ao mesmo tempo um profundo sentido de justiça, que o levou a uma intransigente oposição à ditadura. Tal obrigou-o ao exílio, o que o forçou a interromper o seu curso, que só viria a concluir muito mais tarde.

Para nosso benefício, a sua carreira académica veio a ser realizada na Faculdade de Direito de Lisboa, para onde entrou como assistente, e onde realizou em 1983 o mestrado sobre um complexo tema, *A Transferência Internacional da Tecnologia, Economia e Direito* ⁽¹⁾. Em 1991 Marques dos Santos realizaria também na Faculdade a sua dissertação de Doutoramento sobre um tema magno de Direito Internacional Privado: *As Normas de Aplicação Imediata* ⁽²⁾. O seu

⁽¹⁾ ANTÓNIO MARQUES DOS SANTOS, *Transferência internacional de tecnologia, Economia e Direito. Alguns problemas gerais*, Lisboa, C.E.F., 1984.

⁽²⁾ ANTÓNIO MARQUES DOS SANTOS, *As normas de aplicação imediata no Direito Internacional Privado. Esboço de uma teoria geral*, 2 vols., Coimbra, Almedina, 1991.

interesse pelo Direito Internacional Privado ficou ainda marcado por um extraordinário relatório de concurso para Professor Associado sobre esta disciplina, *Defesa e Ilustração do Direito Internacional Privado*, onde o autor efectua a síntese de toda a evolução do Direito Internacional Privado em Portugal, assumindo-se como um dos nossos maiores cultores desta disciplina⁽³⁾. Só a morte o impediu de realizar a agregação que vinha preparando e ascender ao topo da carreira. Mas a nível internacional o seu prestígio já há muito tinha atingido o grau mais elevado, como o demonstra o convite, que muito o honrou, para reger um curso na Academia de Direito Internacional da Haia, que infelizmente a morte também já não o deixou realizar.

Mas o Professor Marques dos Santos não foi apenas um dos mais brilhantes cientistas portugueses na área do Direito Internacional Privado, sendo ainda de salientar o seu valioso contributo no âmbito das relações com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Na nossa Faculdade presidia ao Departamento de Cooperação Jurídica, dando uma valiosíssima contribuição ao estreitar de relações com os Países de Língua Portuguesa, que ele considerava essenciais. A defesa intransigente da língua portuguesa era outra das suas grandes batalhas, considerando ele que por ter estado exilado e falar perfeitamente várias línguas estrangeiras ainda maior obrigação tinha de defender a nossa língua. Mas isso não impedia que desse o seu contributo pessoal para o acesso aos leitores portugueses de importantes obras estrangeiras, como a obra de Samuelson, *Economics*, cuja tradução realizou.

Não pode, porém, ser obliterada a extraordinária relação de camaradagem que Marques dos Santos tinha com os seus colegas e com os estudantes. Apesar de a ditadura o ter obrigado a apenas avançar na carreira académica numa idade posterior à de muitos dos seus colegas, nunca isso o levou a adoptar qualquer atitude de distanciamento ou paternalismo para com eles, encarando a diferença de idade com a maior naturalidade. Muitas vezes me comentou em conversa que já tinha sido colega de curso dos meus Pais, antes de ser meu colega.

Mas era especialmente com os seus alunos, quer da licenciatura, quer de mestrado ou doutoramento, que tinha a melhor relação possível, considerando que essa relação representava o elemento principal da sua função de professor. Não havia tarefa académica, por mais importante que fosse, que o fizesse faltar a uma única aula e nunca deixou de estar disponível para o diálogo com os alunos ou mesmo para exercer tarefas lectivas abaixo das suas elevadas qualificações. Uma sua orientanda registou há três anos a sua opinião sobre ele com as seguintes palavras: “o Professor Marques dos Santos sabe, como poucos, corresponder

(3) ANTÓNIO MARQUES DOS SANTOS, *Defesa e Ilustração do Direito Internacional Privado*, Separata da *RFDUL*, Coimbra Editora, 1998.

ao que esperamos de um professor: alguém que, sabendo infinitamente mais do que nós, está disponível, acessível e se interessa pelo que fazemos” (4). Foi, aliás, em virtude dessas suas qualidades que exercia sem qualquer contestação o cargo de Presidente da Assembleia de Representantes da Faculdade, contribuindo com a sua palavra avisada para resolver qualquer questão que surgisse.

Mas o que acima de tudo caracterizava Marques dos Santos era o seu intransigente desejo de justiça. Nunca em qualquer ocasião em que considerasse estar a ser realizada uma injustiça, a sua voz deixava de se ouvir em defesa daquilo que considerava ser a actuação correcta. Muito perderemos ao não voltar ouvir a sua voz, quando tanta falta nos faria nestes tempos difíceis que se avizinham.

Conforme referi, Marques dos Santos muitas vezes me comentou a circunstância de ter sido colega de curso dos meus Pais. Entre os elementos que procurei para escrever estas palavras, lembrei-me por isso de consultar o livro de curso dos meus Pais, *Quartanistas de Direito — 1960-1961*. Nesse livro encontrei, além de um poema da Annie, companheira de toda a sua vida e a quem dedica a sua tese de doutoramento — que refere corresponder a um sonho de juventude, mas que as circunstâncias da vida não permitiram concretizar senão muito tarde (5) — um poema do seu colega Manuel de Andrade, que me permito neste momento citar por julgar que corresponde a uma antevisão do que efectivamente foi a sua vida:

“Poesia, Marques dos Santos,
Não há nas minhas palavras
Poesia é a tua vida
Ideia e forma criadas
Pelo teu sonho de Justiça
Eu apenas queria dizer-te
Que faço votos
Por que o teu sonho resista
E se realize finalmente”.

E, efectivamente, o seu sonho realizou-se...

(4) FLORBELA DE ALMEIDA PIRES, *Direitos e Organização dos Obrigacionistas em Obrigações Internacionais*, Lisboa, Lex, 2001, p. 10.

(5) ANTÓNIO MARQUES DOS SANTOS, *As normas*, p. IX.